



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº66/2024

(Processo n.º 212/2024)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço por item**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 3.537/2023, do Decreto n.º 3.621/2023, Lei municipal nº 4.169/2022, de 27 de junho de 2022 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 18/12/2024

Link de acesso: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

De 18/12/2024, das 08:30 às 14:30

Totalizando o prazo de 6 (seis) horas, conforme art. 10, do Decreto Municipal Nº 3621/2023

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TONER PARA IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS SOB USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**, por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

EM CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O DESCRITIVO APRESENTADO NO COMPRAS.GOV E O EDITAL, TOMAR COMO REFERÊNCIA CORRETA O EDITAL.						
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UND	QNT TOTAL	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. W1105A 105A – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN	50	R\$ 61,24	R\$ 3.062,00
02	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF217A 17A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	70	R\$ 54,62	R\$ 3.823,40
03	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226X 26X – RECARGA MÍNIMA 220g	474061	UN	24	R\$ 56,44	R\$ 1.354,56
04	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226A 26A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	110	R\$ 56,36	R\$ 6.199,60
05	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. UNIVERSAL (CB435A/CB436A/CE285A/CE278A) – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	130	R\$ 37,01	R\$ 4.811,30
06	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CE505A 05A / CF280A 80A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	26	R\$ 50,14	R\$ 1.303,64



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

07	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281A 81A – RECARGA MÍNIMA 450g	474061	UN	5	R\$ 143,50	R\$ 717,50
08	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281X 81X – RECARGA MÍNIMA 900g	474061	UN	5	R\$ 134,67	R\$ 673,35
09	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF283A 83A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	50	R\$ 44,35	R\$ 2.217,50
10	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D104X – RECARGA MÍNIMA 60g	474061	UN	4	R\$ 59,86	R\$ 239,44
11	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D205E – RECARGA MÍNIMA 290g	474061	UN	6	R\$ 105,90	R\$ 635,40
12	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D204U – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN	12	R\$ 94,32	R\$ 1.131,84
13	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-1060 – RECARGA MÍNIMA 40g	474061	UN	130	R\$ 35,65	R\$ 4.634,50
14	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-660 / TN- 2370 – RECARGA MÍNIMA 100g	474061	UN	60	R\$ 41,57	R\$ 2.494,20
15	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-B021 – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN	150	R\$ 34,14	R\$ 5.121,00
16	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3422 – RECARGA MÍNIMA 120g	474061	UN	20	R\$ 43,63	R\$ 872,60
17	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3442 – RECARGA MÍNIMA 180g	474061	UN	50	R\$ 64,92	R\$ 3.246,00
18	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3472 – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN	30	R\$ 70,08	R\$ 2.102,40
19	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3492 – RECARGA MÍNIMA 400g	474061	UN	20	R\$ 86,98	R\$ 1.739,60
20	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-410 – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	20	R\$ 66,98	R\$ 1.339,60
21	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-750 – RECARGA MÍNIMA 250g	474061	UN	24	R\$ 52,30	R\$ 1.255,20
22	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-5120 – RECARGA MÍNIMA 340g	474061	UN	24	R\$ 86,83	R\$ 2.083,92
23	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-410 – RECARGA MÍNIMA 190g	474061	UN	100	R\$ 79,63	R\$ 7.963,00
VALOR TOTAL: R\$ 59.021,55 (cinquenta e nove mil vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos)						

1.2.1 Sendo os referidos itens para as seguintes secretarias:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EM CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O DESCRITIVO APRESENTADO NO COMPRAS.GOV E O EDITAL, TOMAR COMO REFERÊNCIA CORRETA O EDITAL.							
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UND	SAÚDE	ADM	EDUCAÇÃO	TOTAL
01	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. W1105A 105A – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN			50	50
02	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF217A 17A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	10	29	31	70
03	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF226X 26X – RECARGA MÍNIMA 220g	474061	UN		24		24
04	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF226A 26A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	30	60	20	110
05	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. UNIVERSAL (CB435A/CB436A/CE285A/CE278A) – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	30	50	50	130
06	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CE505A 05A / CF280A 80A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	12	14		26
07	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281A 81A – RECARGA MÍNIMA 450g	474061	UN		05		5
08	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281X 81X – RECARGA MÍNIMA 900g	474061	UN		05		5
09	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF283A 83A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN			50	50
10	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D104X – RECARGA MÍNIMA 60g	474061	UN		04		4
11	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D205E – RECARGA MÍNIMA 290g	474061	UN		06		6
12	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D204U – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN	12			12
13	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-1060 – RECARGA MÍNIMA 40g	474061	UN	110		20	130
14	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-660 / TN- 2370 – RECARGA MÍNIMA 100g	474061	UN	30	18	12	60



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

15	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-B021 – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN	130	20		150
16	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3422 – RECARGA MÍNIMA 120g	474061	UN		10	10	20
17	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3442 – RECARGA MÍNIMA 180g	474061	UN		20	30	50
18	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3472 – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN		6	24	30
19	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3492 – RECARGA MÍNIMA 400g	474061	UN		12	08	20
20	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-410 – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN			20	20
21	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-750 – RECARGA MÍNIMA 250g	474061	UN	12	12		24
22	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-5120 – RECARGA MÍNIMA 340g	474061	UN		24		24
23	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-410 – RECARGA MÍNIMA 190g	474061	UN	100			100

1.3 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação no presente processo de dispensa eletrônica se dará mediante *Sistema de Dispensa Eletrônica integrante* do Sistema de Compras do Governo Federal – Sistema Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no [Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica], disponível no [Portal de Compras do Governo Federal], para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 2.2.1** que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3** que se enquadrem nas seguintes vedações:
- 2.2.3.1** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.2.3.1.1** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 2.2.3.2** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.2.3.3** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, incluída declaração de inidoneidade por Municípios, Estados membros ou União, em qualquer esfera da administração pública;
 - 2.2.3.3.1.** aplica-se o disposto 2.2.3.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
 - 2.2.3.4** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.2.3.5** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - 2.2.3.6** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.2.4** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

2.2.5 sociedades cooperativas;

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou no fornecimento dos bens;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Os licitantes beneficiados com isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária respectiva.

3.6.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o [Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo], assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.10 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.10.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.10.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.11. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

3.12. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Aviso de Dispensa Eletrônica por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal n.º 3.537/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do procedimento de dispensa, em campo específico no sítio eletrônico [<https://www.gov.br/compras/pt-br>] ou pelo email: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da dispensa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

eletrônica.

4. FASE DE LANCES

4.1 A partir das **08:30 do dia 18/12/2024**, data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será o de R\$0,01 (um centavo).**

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, **será solicitado o envio da proposta (ANEXO VII) no prazo mínimo de 2 (DUAS) HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.3.1. É facultado ao(a) Agente de Contratação (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.3.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

6.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6.2.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE.

6.3. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.2.2, 6.2.3, e 6.2.4, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.6.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.12. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.14. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica reconhecimento de que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.3.1. Referida Nota de Empenho ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.4.1. O prazo de vigência da contratação e a sua eventual possibilidade de contratação estão previstas nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 3.537/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, bem como da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

8.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, afasta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAAR.

8.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.7. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à **Administração Pública Municipal** resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 3.537/2023.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 No caso do subitem 9.2.2, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Documentação exigida para Habilitação;

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato (ou anexo à Nota de Empenho);

ANEXO IV – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.

ANEXO V – Declaração LGPD.

ANEXO VI - Modelo de Declaração

ANEXO VII - Modelo de Descritivo da Proposta de Preços

Bandeirantes-PR, 11 de dezembro de 2024.

Alexandro Beretta
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 212/2024.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TONER PARA IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS SOB USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Secretarias:

EM CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O DESCRITIVO APRESENTADO NO COMPRAS.GOV E O EDITAL, TOMAR COMO REFERÊNCIA CORRETA O EDITAL.							
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UND	SAÚDE	ADM	EDUCAÇÃO	TOTAL
01	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. W1105A 105A – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN			50	50
02	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF217A 17A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	10	29	31	70
03	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF226X 26X – RECARGA MÍNIMA 220g	474061	UN		24		24
04	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF226A 26A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	30	60	20	110
05	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. UNIVERSAL (CB435A/CB436A/CE285A/CE278A) – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	30	50	50	130
06	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CE505A 05A / CF280A 80A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	12	14		26
07	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281A 81A – RECARGA MÍNIMA 450g	474061	UN		05		5
08	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281X 81X – RECARGA MÍNIMA 900g	474061	UN		05		5
09	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF283A 83A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN			50	50
10	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF.	474061	UN		04		4



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

	SAMSUNG – CÓD. MLT-D104X – RECARGA MÍNIMA 60g						
11	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D205E – RECARGA MÍNIMA 290g	474061	UN		06		6
12	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D204U – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN	12			12
13	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-1060 – RECARGA MÍNIMA 40g	474061	UN	110		20	130
14	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-660 / TN- 2370 – RECARGA MÍNIMA 100g	474061	UN	30	18	12	60
15	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-B021 – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN	130	20		150
16	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3422 – RECARGA MÍNIMA 120g	474061	UN		10	10	20
17	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3442 – RECARGA MÍNIMA 180g	474061	UN		20	30	50
18	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3472 – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN		6	24	30
19	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3492 – RECARGA MÍNIMA 400g	474061	UN		12	08	20
20	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-410 – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN			20	20
21	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-750 – RECARGA MÍNIMA 250g	474061	UN	12	12		24
22	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-5120 – RECARGA MÍNIMA 340g	474061	UN		24		24
23	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-410 – RECARGA MÍNIMA 190g	474061	UN	100			100

Valores:

EM CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O DESCRITIVO APRESENTADO NO COMPRAS.GOV E O EDITAL, TOMAR COMO REFERÊNCIA CORRETA O EDITAL.						
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UND	QNT TOTAL	VLR UNIT	VLR TOTAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

01	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. W1105A 105A – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN	50	R\$ 61,24	R\$ 3.062,00
02	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF217A 17A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	70	R\$ 54,62	R\$ 3.823,40
03	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226X 26X – RECARGA MÍNIMA 220g	474061	UN	24	R\$ 56,44	R\$ 1.354,56
04	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226A 26A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	110	R\$ 56,36	R\$ 6.199,60
05	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. UNIVERSAL (CB435A/CB436A/CE285A/CE278A) – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	130	R\$ 37,01	R\$ 4.811,30
06	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CE505A 05A / CF280A 80A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	26	R\$ 50,14	R\$ 1.303,64
07	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281A 81A – RECARGA MÍNIMA 450g	474061	UN	5	R\$ 143,50	R\$ 717,50
08	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281X 81X – RECARGA MÍNIMA 900g	474061	UN	5	R\$ 134,67	R\$ 673,35
09	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF283A 83A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	50	R\$ 44,35	R\$ 2.217,50
10	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D104X – RECARGA MÍNIMA 60g	474061	UN	4	R\$ 59,86	R\$ 239,44
11	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D205E – RECARGA MÍNIMA 290g	474061	UN	6	R\$ 105,90	R\$ 635,40
12	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D204U – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN	12	R\$ 94,32	R\$ 1.131,84
13	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-1060 – RECARGA MÍNIMA 40g	474061	UN	130	R\$ 35,65	R\$ 4.634,50
14	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-660 / TN- 2370 – RECARGA MÍNIMA 100g	474061	UN	60	R\$ 41,57	R\$ 2.494,20
15	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-B021 – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN	150	R\$ 34,14	R\$ 5.121,00
16	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3422 – RECARGA MÍNIMA 120g	474061	UN	20	R\$ 43,63	R\$ 872,60
17	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3442 – RECARGA MÍNIMA 180g	474061	UN	50	R\$ 64,92	R\$ 3.246,00
18	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3472 – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN	30	R\$ 70,08	R\$ 2.102,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

19	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3492 – RECARGA MÍNIMA 400g	474061	UN	20	R\$ 86,98	R\$ 1.739,60
20	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-410 – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	20	R\$ 66,98	R\$ 1.339,60
21	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-750 – RECARGA MÍNIMA 250g	474061	UN	24	R\$ 52,30	R\$ 1.255,20
22	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-5120 – RECARGA MÍNIMA 340g	474061	UN	24	R\$ 86,83	R\$ 2.083,92
23	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-410 – RECARGA MÍNIMA 190g	474061	UN	100	R\$ 79,63	R\$ 7.963,00
VALOR TOTAL: R\$ 59.021,55 (cinquenta e nove mil vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos)						

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa em anexo.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato na forma do artigo 404 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo e a justificativa da contratação encontra-se em apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], publicado no Diário Oficial do Município de Bandeirantes.

2.2.1. A presente contratação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações do governo, pois, enquadra-se no entendimento de se tratar de despesa destinada ao custeio de atividades rotineiras e habituais do ente, não havendo necessidade de elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro ou de declaração do ordenador de despesa de que o aumento possui adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO na forma disposta nos arts. 16 e 17 da Lei complementar n.º 101/2020 – LRF.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o presente caso, a EQUIPE DE PLANEJAMENTO tomou como base referencial o Documento de Formalização da Demanda (DFD) elaborado pela área requisitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

O problema a ser resolvido é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de recarga de cartuchos de toner para impressoras e multifuncionais sob uso das diversas secretarias do município de Bandeirantes-PR.

A presente justificativa visa fundamentar a necessidade de abertura de processo licitatório para a contratação de serviços de recarga de cartuchos e toners para atender às demandas da Prefeitura de Bandeirantes-PR, considerando que os cartuchos e toners são insumos essenciais para o funcionamento regular dos equipamentos de impressão utilizados nos diversos setores administrativos da Prefeitura. A reposição e recarga desses itens são indispensáveis para garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais, como emissão de documentos, relatórios e comunicados oficiais. Além de que a recarga de cartuchos e toners, quando comparada à aquisição de novos, representa uma alternativa economicamente mais vantajosa, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. A recarga desses itens promove o reaproveitamento de materiais, reduzindo o descarte inadequado de resíduos e alinhando-se às políticas de sustentabilidade adotadas pelo município. A contratação permitirá que os equipamentos de impressão sejam plenamente utilizados, garantindo o suporte necessário às atividades desempenhadas pelos servidores públicos em benefício da população.

Dessa forma, é imprescindível a realização de um processo licitatório por meio de dispensa eletrônica que possibilite a seleção de uma empresa especializada na prestação desse serviço, garantindo a qualidade, eficiência e regularidade no atendimento às necessidades da Prefeitura.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de imediato, mediante apresentação de requisição de recarga.
- 4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (3) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.3. Os serviços deverão ser executados conforme a demanda a secretaria solicitando à qual informara o endereço para execução.
Garantia, manutenção e assistência técnica
- 4.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até (07) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º);

5.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).

5.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

5.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

6.1. Os materiais serão recebidos de imediato, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **03** dias ÚTEIS, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. ~~Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3.537, de 09 de maio de 2023, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **28 (Vinte e oito)** dias úteis.~~ *O item não se aplica ao processo.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do § 4º, do art. 39 do Decreto Municipal nº. 3537, de 09 de maio de 2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos.

6.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

6.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

6.24. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[MM42]

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.16. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO]

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 59.021,55 (Cinquenta e nove mil, vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos no processo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIAS	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
EDUCAÇÃO	070/104	03.001.12.361.1201.6017.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO DEPART. DA COMISSÃO RECREATIVA E ESPORTIVA - CREM
	086/103	03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL
	112/104	03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO
	132/107	03.003.12.361.1202.6026.3.3.90.39.00	SALARIO EDUCAÇÃO
	144/103	03.004.12.361.1203.6029.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
SAÚDE	327/303	11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
	342/494	11.002.10.301.1018.6071.3.3.90.39.00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE AT. BÁSICA - FEDERAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

	354/311	11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.39.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO
	354/351	11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.39.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO
	392/303	11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
ADMINISTRAÇÃO	030/000	02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
	030/511	02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
	038/515	02.003.06.181.0411.2014.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
	048/000	02.005.04.153.0410.2016.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO TG-05013

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes, [11] de [dezembro] de [2024].

ALEXANDRO BERETTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar **PROPOSTA REFERENTE AO ANEXO III** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (DUAS) HORAS**, a contar da notificação, os quais devem ser enviados no sistema **COMPRAS GOVERNAMENTAIS**, quando requerido o Envio de Anexos, conforme estabelecido no presente Edital, **ASSIM COMO EVENTUAIS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA:**

1.1 Todos os licitantes deverão estar registrados no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível em <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, para efeito de cadastro unificado de licitantes.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.2.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.

1.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual.

1.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

1.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

1.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do fornecedor no procedimento de dispensa eletrônica, se for o caso.

1.2.6. Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012, em se tratando de agricultor familiar.

1.2.7. Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165), em se tratando de produtor rural.

1.2.8. Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, em se tratando de agricultor familiar.

1.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2.10 Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo [XXXXXXXXXXXX] órgão competente nos termos da [XXXXX].

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**, conforme o caso;

1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.3.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

1.3.4. CERTIDÕES DE REGULARIDADE:

1.3.4.1. FAZENDA FEDERAL (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

1.3.4.1. FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre); e

1.3.4.2. FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

1.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos federais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 para pessoa jurídica, CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1. O licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento para Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que demonstre que o licitante forneceu ou está fornecendo objetos da mesma natureza ou similares ao da presente licitação de modo satisfatório, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social registrado na junta comercial competente.

1.5.1.1. Será considerado como válido, para fins de comprovação, atestado de, no mínimo, 50% do quantitativo do presente processo.

1.5.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1.5.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

1.5.4. Quando o atestado de capacidade de técnica for emitido por **pessoa jurídica de direito privado**, deverá ser apresentado, com **firma reconhecida em cartório** (acórdão 1847/2019 – TCE- PR).

OBS.: Valerá, para fins de garantia de veracidade do atestado, documento firmado mediante assinatura digital, cabendo a administração a possibilidade de realização de diligência, a posteriori, para averiguação de sua autenticidade.

1.6. DECLARAÇÕES:

1.6.1 DECLARAÇÃO UNIFICADA: Inexistência de fato impeditivo, não utilização de mão de obra de menores, declaração de atendimento à logística reversa dos produtos e declaração de reserva de cargos, **cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (ANEXO VI).**

1.6.2 DECLARAÇÃO DO ANEXO V – LGPD.

1.6.3 Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de **qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual**, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (ANEXO IV).

Obs.: Poderão ser apresentadas no ato da assinatura do contrato.

1.7 CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso:

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo fornecedor, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo de dispensa eletrônica convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o fornecedor, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o fornecedor for a matriz, ou da filial, quando o fornecedor for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III CONTRATO DE AQUISIÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº --

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a **Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro**, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº **76.235.753/0001-48**, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal o Sr. JAELSON RAMALHO MATTA**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF n.º **486.661.579-68**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____ (Razão Social), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº _____, sediada _____ (Endereço Completo), doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por seu(ua) _____ (cargo e nome do representante legal), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº --/2024 - PMB** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Aquisição de Produtos e Prestação de Serviços, decorrente da **Dispensa Eletrônica n. --/2024 - PMB**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TONER PARA IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS SOB USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, conforme descrito no Termo de Referência.

Secretarias:

EM CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O DESCRITIVO APRESENTADO NO COMPRAS.GOV E O EDITAL, TOMAR COMO REFERÊNCIA CORRETA O EDITAL.							
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UND	SAÚDE	ADM	EDUCAÇÃO	TOTAL
01	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. W1105A 105A – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN			50	50
02	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF217A 17A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	10	29	31	70
03	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226X 26X – RECARGA MÍNIMA 220g	474061	UN		24		24
04	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226A 26A – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN	30	60	20	110
05	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. UNIVERSAL (CB435A/CB436A/CE285A/CE278A) – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN	30	50	50	130
06	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP –	474061	UN	12	14		26



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

	CÓD. CE505A 05A / CF280A 80A – RECARGA MÍNIMA 150g						
07	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281A 81A – RECARGA MÍNIMA 450g	474061	UN		05		5
08	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281X 81X – RECARGA MÍNIMA 900g	474061	UN		05		5
09	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF283A 83A – RECARGA MÍNIMA 80g	474061	UN			50	50
10	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D104X – RECARGA MÍNIMA 60g	474061	UN		04		4
11	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D205E – RECARGA MÍNIMA 290g	474061	UN		06		6
12	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D204U – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN	12			12
13	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-1060 – RECARGA MÍNIMA 40g	474061	UN	110		20	130
14	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-660 / TN- 2370 – RECARGA MÍNIMA 100g	474061	UN	30	18	12	60
15	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-B021 – RECARGA MÍNIMA 65g	474061	UN	130	20		150
16	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3422 – RECARGA MÍNIMA 120g	474061	UN		10	10	20
17	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3442 – RECARGA MÍNIMA 180g	474061	UN		20	30	50
18	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3472 – RECARGA MÍNIMA 320g	474061	UN		6	24	30
19	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3492 – RECARGA MÍNIMA 400g	474061	UN		12	08	20
20	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-410 – RECARGA MÍNIMA 150g	474061	UN			20	20
21	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-750 – RECARGA MÍNIMA 250g	474061	UN	12	12		24



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

22	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-5120 – RECARGA MÍNIMA 340g	474061	UN	24	24
23	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-410 – RECARGA MÍNIMA 190g	474061	UN	100	100

Valores:

EM CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O DESCRITIVO APRESENTADO NO COMPRAS.GOV E O EDITAL, TOMAR COMO REFERÊNCIA CORRETA O EDITAL.						
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QNT TOTAL	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. W1105A 105A – RECARGA MÍNIMA 65g	_____	UN	50	R\$ _____	R\$ _____
02	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF217A 17A – RECARGA MÍNIMA 80g	_____	UN	70	R\$ _____	R\$ _____
03	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226X 26X – RECARGA MÍNIMA 220g	_____	UN	24	R\$ _____	R\$ _____
04	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226A 26A – RECARGA MÍNIMA 150g	_____	UN	110	R\$ _____	R\$ _____
05	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. UNIVERSAL (CB435A/CB436A/CE285A/CE278A) – RECARGA MÍNIMA 80g	_____	UN	130	R\$ _____	R\$ _____
06	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CE505A 05A / CF280A 80A – RECARGA MÍNIMA 150g	_____	UN	26	R\$ _____	R\$ _____
07	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281A 81A – RECARGA MÍNIMA 450g	_____	UN	5	R\$ _____	R\$ _____
08	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281X 81X – RECARGA MÍNIMA 900g	_____	UN	5	R\$ _____	R\$ _____
09	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF283A 83A – RECARGA MÍNIMA 80g	_____	UN	50	R\$ _____	R\$ _____
10	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D104X – RECARGA MÍNIMA 60g	_____	UN	4	R\$ _____	R\$ _____
11	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D205E – RECARGA MÍNIMA 290g	_____	UN	6	R\$ _____	R\$ _____
12	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D204U – RECARGA MÍNIMA 320g	_____	UN	12	R\$ _____	R\$ _____
13	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-1060 – RECARGA MÍNIMA 40g	_____	UN	130	R\$ _____	R\$ _____
14	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER	_____	UN	60	R\$ _____	R\$ _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

	– CÓD. TN-660 / TN- 2370 – RECARGA MÍNIMA 100g					
15	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-B021 – RECARGA MÍNIMA 65g	____	UN	150	R\$ ____	R\$ ____
16	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3422 – RECARGA MÍNIMA 120g	____	UN	20	R\$ ____	R\$ ____
17	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3442 – RECARGA MÍNIMA 180g	____	UN	50	R\$ ____	R\$ ____
18	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3472 – RECARGA MÍNIMA 320g	____	UN	30	R\$ ____	R\$ ____
19	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3492 – RECARGA MÍNIMA 400g	____	UN	20	R\$ ____	R\$ ____
20	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-410 – RECARGA MÍNIMA 150g	____	UN	20	R\$ ____	R\$ ____
21	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-750 – RECARGA MÍNIMA 250g	____	UN	24	R\$ ____	R\$ ____
22	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-5120 – RECARGA MÍNIMA 340g	____	UN	24	R\$ ____	R\$ ____
23	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-410 – RECARGA MÍNIMA 190g	____	UN	100	R\$ ____	R\$ ____
VALOR TOTAL: R\$ --.---,--						

2. FUNDAMENTO:

Este contrato decorre da Dispensa Eletrônica n.º **--/2024**, objeto do processo administrativo n.º **--/2024**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município n.º **XXXXXXXXXX**, de **XXXXXXXXXX**.

3. FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1. Os bens deverão ser entregues e os serviços prestados de **imediato no endereço a ser informado no momento do pedido realizado pela secretaria solicitante** e respeitando todas as especificações técnicas e o descritivo deste edital e termo de referência.

4. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de **R\$--.---,-- (valor por extenso)**.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice, caso seja o contrato prorrogado e sua execução/vigência exceda o prazo estipulado neste edital, o preço poderá ser revisado segundo o índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, materializado através da Análise Crítica de Preços (justificativa à pesquisa de preços do artigo 368 do Decreto Municipal 3.537/2023), ou documento equivalente, apresentado pela secretaria solicitante.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5.5 Esta cláusula estabelece a alocação de riscos econômico-financeiros entre as partes, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução, conforme disposto nos artigos 102, 124 e 125 da Lei n.º 14.133/2021.

5.6 São riscos ordinários aqueles previsíveis, como oscilações econômicas normais, conforme os índices oficiais previamente estipulados para fins de reajuste contratual.

5.7 São riscos extraordinários os que, comprovadamente, afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma significativa, tais como:

- a) Inflação e deflação abruptas e não previstas, que impactem significativamente o custo do contrato;
- b) Variações cambiais fora da curva normal de mercado, para contratos que envolvam insumos importados;
- c) Alterações de ordem tributária, como a criação de novos tributos ou aumento expressivo das alíquotas de tributos que incidam sobre os insumos necessários para a execução do contrato;
- d) Mudanças na legislação ou regulamentação que impactem diretamente a execução do contrato.

5.8 Em caso de ocorrência de evento extraordinário e imprevisível que afete o equilíbrio econômico-financeiro:

- a) A parte impactada deverá comunicar à outra parte, por escrito, detalhando o evento ocorrido, apresentando documentação comprobatória e uma proposta de ajuste para reequilíbrio.
- b) A Administração realizará uma análise técnica do pedido, podendo solicitar documentos complementares ou ajustes na proposta.

5.9 As partes impactadas ficam obrigadas a arcar com prejuízos de até **5%** do valor do contrato, que ultrapassado e caso aprovada a revisão, serão realizados os ajustes necessários, conforme prevê a Lei n.º 14.133/2021 e o Dec. 3.537/2023.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 3.537/2023.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 3.537/2023.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão **EDUARDO DOTTI, fiscal técnico e administrativo, e CLAUDIA JANZ DA SILVA, gestora do contrato.**

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1. Os bens deverão ser entregues e os serviços prestados de **imediate no endereço a ser informado no momento do pedido realizado pela secretaria solicitante** e respeitando todas as especificações técnicas e o descritivo deste edital e termo de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **03 (três) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.3. Os serviços deverão ser executados conforme a demanda a secretaria solicitando à qual informara o endereço para execução.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **07 (sete) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

7.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7.11. Outros critérios de **recebimento** encontram-se melhores explanados no **item 6 do Termo de Referência, ANEXO I**, deste edital.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIAS	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMATICA	DESCRIÇÃO
EDUCAÇÃO	070/104	03.001.12.361.1201.6017.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO DEPART. DA COMISSÃO RECREATIVA E ESPORTIVA - CREM
	086/103	03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL
	112/104	03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO
	132/107	03.003.12.361.1202.6026.3.3.90.39.00	SALARIO EDUCAÇÃO
	144/103	03.004.12.361.1203.6029.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
SAÚDE	327/303	11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
	342/494	11.002.10.301.1018.6071.3.3.90.39.00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE AT. BÁSICA - FEDERAL
	354/311	11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.39.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO
	354/351	11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.39.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO
	392/303	11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
ADMINISTRAÇÃO	030/000	02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
	030/511	02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

	038/515	02.003.06.181.0411.2014.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
	048/000	02.005.04.153.0410.2016.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO TG-05013

9. VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº14.133/2021.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11. adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.11.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

10.1.11.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.11.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.11.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênol-polibromados (PBBs), éteres difênol-polibromados (PBDEs).

10.1.12. Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.1.13. apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação da regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Considerando ser o objeto de remessa única, sendo que a Licitante deverá fornecer todos os itens, acondicionados para a entrega, no prazo estipulado neste Contrato e no Termo de Referência.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1. Serão aplicadas as regras da garantia legal dos bens a serem adquiridos.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 3.537/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto n.º 3.537/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 3.537/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 3.537/2023;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 3.537/2023

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 3.537/2023.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 3.537/2023.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município de Bandeirantes.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no TCE-PR.

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

16.5 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

16.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do Decreto nº 3.418/2022.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma do Decreto nº 3.418/2022.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Unidade de Controle Interno, que poderá consultar a Procuradoria Geral do Município em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. RISCO À EXECUÇÃO CONTRATUAL

18.1 Nos casos de riscos classificados como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas previstas no Estudo Técnico Preliminar, anexo ao Processo Licitatório

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

19.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 3.537/2023 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

19.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

19.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, na Comarca de Bandeirantes-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bandeirantes-PR, -- de dezembro de 2024

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

CONTRATADA

JAELOSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

XXXX XXXXX, CPF N.º XXX.XXX.XXX-XX _____

XXXX XXXXX, CPF N.º XXX.XXX.XXX-XX _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº --/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº --/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº --/2024-PMB

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TONER PARA IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS SOB USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.

VALOR: R\$--.---,-- (valor por extenso).

DOTAÇÃO:

SECRETARIAS	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
EDUCAÇÃO	070/104	03.001.12.361.1201.6017.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO DEPART. DA COMISSÃO RECREATIVA E ESPORTIVA - CREM
	086/103	03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL
	112/104	03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO
	132/107	03.003.12.361.1202.6026.3.3.90.39.00	SALARIO EDUCAÇÃO
	144/103	03.004.12.361.1203.6029.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
SAÚDE	327/303	11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
	342/494	11.002.10.301.1018.6071.3.3.90.39.00	BLOCO CUSTEIO DOS SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE AT. BÁSICA - FEDERAL
	354/311	11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.39.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO
	354/351	11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.39.00	INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO
	392/303	11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
ADMINISTRAÇÃO	030/000	02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
	030/511	02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
	038/515	02.003.06.181.0411.2014.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
	048/000	02.005.04.153.0410.2016.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO TG-05013

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: Será de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** o prazo da vigência, contada a partir da assinatura e publicação do contrato e **imediato** o prazo de entrega.

Bandeirantes-PR, -- de outubro de 2024

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

CONTRATADA

Jaelson Ramalho Matta
PREFEITO MUNICIPAL

REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos na **Dispensa Eletrônica n.º --/2024**, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Bandeirantes-PR, ____ de _____ de _____

CONTRATADA
(RAZÃO SOCIAL)
REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Bandeirantes-PR, ____ de _____ de _____

CONTRATADA
(RAZÃO SOCIAL)
REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Bandeirantes-PR, ____ de ____ de ____

CONTRATADA (RAZÃO SOCIAL)
REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VII

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

DISPENSA ELETRÔNICA Nº --/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual:	
CNPJ/CPF:			
Endereço:			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	
PIX:			

Constitui objeto desta licitação: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TONER PARA IMPRESSORAS E MULTIFUNCAIONAIS SOB USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**

1. Especificações técnicas:

EM CASO DE DISCREPÂNCIA ENTRE O DESCRITIVO APRESENTADO NO COMPRAS.GOV E O EDITAL, TOMAR COMO REFERÊNCIA CORRETA O EDITAL.						
Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QNT TOTAL	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. W1105A 105A – RECARGA MÍNIMA 65g	_____	UN	50	R\$ _____	R\$ _____
02	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF217A 17A – RECARGA MÍNIMA 80g	_____	UN	70	R\$ _____	R\$ _____
03	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226X 26X – RECARGA MÍNIMA 220g	_____	UN	24	R\$ _____	R\$ _____
04	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP - CÓD. CF226A 26A – RECARGA MÍNIMA 150g	_____	UN	110	R\$ _____	R\$ _____
05	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. UNIVERSAL (CB435A/CB436A/CE285A/CE278A) – RECARGA MÍNIMA 80g	_____	UN	130	R\$ _____	R\$ _____
06	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CE505A 05A / CF280A 80A – RECARGA MÍNIMA 150g	_____	UN	26	R\$ _____	R\$ _____
07	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281A 81A – RECARGA MÍNIMA 450g	_____	UN	5	R\$ _____	R\$ _____
08	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF281X 81X – RECARGA MÍNIMA 900g	_____	UN	5	R\$ _____	R\$ _____
09	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. HP – CÓD. CF283A 83A – RECARGA MÍNIMA 80g	_____	UN	50	R\$ _____	R\$ _____
10	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D104X – RECARGA MÍNIMA 60g	_____	UN	4	R\$ _____	R\$ _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

11	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D205E – RECARGA MÍNIMA 290g	_____	UN	6	R\$ _____	R\$ _____
12	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. SAMSUNG – CÓD. MLT-D204U – RECARGA MÍNIMA 320g	_____	UN	12	R\$ _____	R\$ _____
13	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-1060 – RECARGA MÍNIMA 40g	_____	UN	130	R\$ _____	R\$ _____
14	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-660 / TN- 2370 – RECARGA MÍNIMA 100g	_____	UN	60	R\$ _____	R\$ _____
15	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-B021 – RECARGA MÍNIMA 65g	_____	UN	150	R\$ _____	R\$ _____
16	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3422 – RECARGA MÍNIMA 120g	_____	UN	20	R\$ _____	R\$ _____
17	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3442 – RECARGA MÍNIMA 180g	_____	UN	50	R\$ _____	R\$ _____
18	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3472 – RECARGA MÍNIMA 320g	_____	UN	30	R\$ _____	R\$ _____
19	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-3492 – RECARGA MÍNIMA 400g	_____	UN	20	R\$ _____	R\$ _____
20	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-410 – RECARGA MÍNIMA 150g	_____	UN	20	R\$ _____	R\$ _____
21	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. BROTHER – CÓD. TN-750 – RECARGA MÍNIMA 250g	_____	UN	24	R\$ _____	R\$ _____
22	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-5120 – RECARGA MÍNIMA 340g	_____	UN	24	R\$ _____	R\$ _____
23	RECARGA DE CARTUCHO TONER – MODELO DO CARTUCHO REF. PANTUM – CÓD. TL-410 – RECARGA MÍNIMA 190g	_____	UN	100	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL: R\$ ----,--						

2. A validade da proposta será de 90 noventa dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com algum tipo de isenção, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item.

4.1 as empresas beneficiárias de isenção tributária deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado, a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ***ESTADO DO PARANÁ***

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Bandeirantes-PR, ____ de _____ de _____

CONTRATADA
(RAZÃO SOCIAL)
REPRESENTANTE LEGAL